

REQUERIMENTO
(Do Sr. João Alfredo e Ariosto Holanda)

Requer à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar do biodiesel e sua interface com o meio ambiente.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a realização de audiência pública, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, a fim de discutir o biodiesel e sua interface com a questão sócio-ambiental, na perspectiva da inclusão social.

A referida reunião deverá contar com a participação de entidades e órgãos governamentais relacionados ao tema: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Integração Nacional, ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; ASA - Articulação do Semi-Árido; GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas; ITS ; ISA - Instituto Sócio-ambiental ; INESC - Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos; Fórum Nacional do Meio Ambiente; SABIÁ; Centro Josué de Castro; Ama vida; MST- Movimento dos Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura, bem como de especialistas da TECBIO - Universidade Federal do Ceará.

Justificação

O evento visa contribuir para a discussão das oportunidades que essa nova tecnologia pode trazer, principalmente, para a agricultura familiar e a reforma agrária, e os impactos positivos e negativos da adoção desse combustível sobre o meio ambiente. Tendo em vista:

que o Programa Nacional do Biodiesel faz parte, hoje, do debate nacional;

que este Programa suscita e movimenta grandes interesses;

que o documento “O Biodiesel e a Inclusão Social”, realizado pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica afirma que : “O agronegócio da mamona para fins energéticos tem a capacidade de erradicar a miséria rural nordestina, onde mais de 2 milhões de família convivem com a fome”.

Consideramos que o envolvimento do Terceiro Setor, neste Programa, é fundamental para que as comunidades locais participem da discussão e possam fazer

propostas que sustentem os seus projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

As entidades da sociedade civil organizada baseiam suas ações no enfrentamento de problemas sociais, combate à pobreza e promoção da cidadania e são instituições que trabalham diretamente com as comunidades. A participação de tais instituições no processo de discussão e implantação do Programa Nacional do Biodiesel deverá garantir que o modelo de desenvolvimento proposto será o da inclusão social, e também garantir a participação de milhões de cidadãos, tendo em vista que se trata de um Programa de Governo, de Política Pública.

Não podemos repetir o modelo concentrador e excludente do Pró-Alcoól que, apesar de sua importância, excluiu as comunidades carentes, especialmente do Nordeste e Sudeste.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2003.

Deputado João Alfredo
PT/CE

Deputado Ariosto Holanda
PSDB/CE